

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração	17
----------------------------	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	100
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	101
---	-----

Pareceres e Declarações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2018	Dividendo	27/03/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	72,27240
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2018	Dividendo	27/03/2018	Ordinária		65,70219
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2018	Dividendo	22/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	116,88909
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2018	Dividendo	22/05/2018	Ordinária		106,26281
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2018	Dividendo	22/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	28,00555
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2018	Dividendo	22/05/2018	Ordinária		25,45959
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	93,86207
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Ordinária		85,32915
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	66,54843
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2018	Dividendo	22/08/2018	Ordinária		60,49857
Reunião do Conselho de Administração	31/10/2018	Dividendo	22/11/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	109,72252
Reunião do Conselho de Administração	31/10/2018	Dividendo	22/11/2018	Ordinária		99,74775
Reunião do Conselho de Administração	05/11/2018	Dividendo	22/11/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	162,61292
Reunião do Conselho de Administração	05/11/2018	Dividendo	22/11/2018	Ordinária		147,82993

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	202.993	224.470	256.635
1.01	Ativo Circulante	46.287	42.701	53.167
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.625	21.463	30.446
1.01.01.01	Caixa Geral	474	384	509
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	4.201	4.046	3.731
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	20.950	17.033	26.206
1.01.03	Contas a Receber	16.750	16.461	16.387
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.750	16.461	16.387
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	1.902	2.469	3.810
1.01.03.02.02	Créditos a Receber Partes Relacionadas	0	0	474
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	14.549	13.437	11.608
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	299	555	495
1.01.04	Estoques	1.012	928	887
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.055	2.129	1.954
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	845	1.720	3.493
1.01.08.03	Outros	845	1.720	3.493
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	845	1.344	1.329
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	0	376	2.164
1.02	Ativo Não Circulante	156.706	181.769	203.468
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.862	9.693	9.949
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.942	3.171	3.688
1.02.01.04	Contas a Receber	1.289	1.467	1.388
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.289	1.467	1.388
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.985	154	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.985	154	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.646	4.901	4.873
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	665	920	892
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	3.981	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	2.652	7.774	7.069

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.652	7.774	7.069
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.652	7.774	7.069
1.02.04	Intangível	143.192	164.302	186.450
1.02.04.01	Intangíveis	143.192	164.302	186.450
1.02.04.01.02	Intangível	143.192	164.302	186.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	202.993	224.470	256.635
2.01	Passivo Circulante	34.756	31.852	41.439
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.185	4.820	4.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.185	4.820	4.761
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	4.185	4.820	4.761
2.01.02	Fornecedores	2.565	2.193	1.996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.565	2.193	1.996
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.683	2.336	2.224
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.275	1.037	961
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.279	63	63
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	996	974	898
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	0	28
2.01.03.02.01	ICMS	2	0	28
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.406	1.299	1.235
2.01.03.03.01	ISS	1.406	1.299	1.235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.200	20.163	30.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.158	14.801	18.548
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.158	14.801	18.548
2.01.04.02	Debêntures	8.042	5.362	11.805
2.01.04.02.01	Debêntures	8.042	5.362	11.805
2.01.05	Outras Obrigações	1.740	1.932	1.928
2.01.05.02	Outros	1.740	1.932	1.928
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	36	0	32
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	361	586	510
2.01.05.02.06	Obrigações Para Direito da Concessão	345	330	320
2.01.05.02.07	Receita Diferida	640	616	602
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	19	33	228
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	333	361	230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.01.06	Provisões	383	408	177
2.01.06.02	Outras Provisões	383	408	177
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	383	408	177
2.02	Passivo Não Circulante	27.154	32.277	40.087
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.752	21.982	28.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.435	12.516	20.027
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.435	12.516	20.027
2.02.01.02	Debêntures	11.317	9.466	8.561
2.02.01.02.01	Debêntures	11.317	9.466	8.561
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	1.216
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	1.216
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	1.216
2.02.04	Provisões	9.402	10.295	10.283
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.827	9.311	9.286
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.302	1.725	1.770
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.525	7.586	7.516
2.02.04.02	Outras Provisões	575	984	997
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	575	984	997
2.03	Patrimônio Líquido	141.083	160.341	175.109
2.03.01	Capital Social Realizado	93.000	89.000	86.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.596	3.596	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	44.487	67.745	85.513
2.03.04.01	Reserva Legal	1.974	2.106	1.789
2.03.04.02	Reserva Estatutária	7.703	7.346	6.156
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	34.810	58.293	77.568

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	258.682	242.323	193.904
3.01.01	Receita de Serviços	259.197	247.587	200.324
3.01.02	Receita Extraordinária	1.398	1.292	1.178
3.01.03	Receita de Construções	24.304	18.155	12.407
3.01.04	Abatimentos	-3.578	-3.367	-2.746
3.01.05	PIS	-1.743	-1.615	-1.304
3.01.06	COFINS	-8.045	-7.453	-6.017
3.01.07	ISS	-12.851	-12.276	-9.938
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-132.354	-121.189	-100.906
3.02.01	Custos dos Serviços	-108.050	-103.034	-88.499
3.02.02	Custos de Construções	-24.304	-18.155	-12.407
3.03	Resultado Bruto	126.328	121.134	92.998
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.334	-24.241	-16.537
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.530	-21.255	-13.504
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-21.530	-21.255	-13.504
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.679	587	434
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.679	587	434
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.483	-3.573	-3.467
3.04.05.01	Depreciação	-1.061	-1.251	-1.168
3.04.05.02	Outros	-421	-170	-227
3.04.05.03	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-2.001	-2.152	-2.072
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	104.994	96.893	76.461
3.06	Resultado Financeiro	-44.969	-33.380	-22.330
3.06.01	Receitas Financeiras	2.291	3.687	5.532
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.291	3.687	5.532
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.260	-37.067	-27.862
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.483	-3.096	-5.914
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-42.777	-33.971	-21.948
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.025	63.513	54.131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.535	-21.397	-18.342
3.08.01	Corrente	-21.601	-22.767	-17.032
3.08.02	Diferido	1.066	1.370	-1.310
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.490	42.116	35.789
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	39.490	42.116	35.789
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	481,40363	513,41385	436,28340
3.99.01.02	ON	437,63967	466,73986	396,62127
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	400,74391	466,21477	363,18362
3.99.02.02	ON	364,31265	423,83161	330,16693

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	39.490	42.116	35.789
4.03	Resultado Abrangente do Período	39.490	42.116	35.789

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	141.526	122.593	88.337
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	159.386	143.856	112.327
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	60.025	63.513	54.131
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	52.192	42.167	39.023
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	1.479	169	560
6.01.01.04	Provisão para Contingências	753	801	1.115
6.01.01.05	Reversão de Contingências	-1.237	-776	-9.149
6.01.01.06	Recapeamento	42	839	0
6.01.01.07	Reversão Recapeamento	-476	0	0
6.01.01.08	Juros e encargos financeiros	1.980	2.643	3.321
6.01.01.09	Encargos Debêntures	42.777	33.971	21.948
6.01.01.10	Despesa Financeira - Debêntures	1.851	923	1.378
6.01.01.11	Receita Financeira - Debêntures	0	-18	0
6.01.01.12	Reembolso de Sinistro	0	-376	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.860	-21.263	-23.990
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	74	-176	76
6.01.02.02	Créditos a Receber	-1.113	-1.828	-2.374
6.01.02.03	Créditos a Receber Partes Relacionadas	0	474	457
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedor	256	-59	171
6.01.02.05	Estoques	-84	-41	-249
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	255	-29	212
6.01.02.07	Indenizações a receber	376	2.164	-1.966
6.01.02.08	Impostos a recuperar	1.498	-879	-3.258
6.01.02.10	Outros Circulantes	99	-93	-214
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	-522	189	89
6.01.02.12	Fornecedores	372	197	530
6.01.02.13	Impostos a recolher	131	113	296
6.01.02.14	Participações nos Lucros dos Resultados	-112	-131	-80
6.01.02.15	Outras obrigações a pagar	-100	4	269

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.16	Provisão para Manutenção	0	-621	-331
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-18.990	-20.547	-17.618
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.211	-20.377	-15.282
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-27.439	-20.893	-14.872
6.02.02	Aplicações financeiras - resgates (aplicações) líquidos	228	516	-410
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-110.153	-111.199	-63.915
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	-15.315	-18.556	-20.766
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-60.352	-56.884	-23.172
6.03.03	Empréstimos obtidos	7.783	7.000	0
6.03.04	Encargos financeiros pagos a terceiros	-2.172	-2.345	-4.065
6.03.05	Obrigações a investidores	-40.097	-40.414	-15.912
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.162	-8.983	9.140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.463	30.446	21.306
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.625	21.463	30.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	1.604	0	0	1.604
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.000	3.596	69.349	0	0	161.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.000	0	-29.087	-35.265	0	-60.352
5.04.01	Aumentos de Capital	4.000	0	-4.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.087	-35.265	0	-60.352
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.490	0	39.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.490	0	39.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.225	-4.225	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.225	-4.225	0	0
5.07	Saldos Finais	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.000	0	-22.274	-37.610	0	-56.884
5.04.01	Aumentos de Capital	3.000	0	-3.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.274	-37.610	0	-56.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.116	0	42.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.116	0	42.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.506	-4.506	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.506	-4.506	0	0
5.07	Saldos Finais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.300	-4.048	5.536	-31.960	0	-23.172
5.04.01	Aumentos de Capital	7.300	-4.048	-3.252	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	8.788	-31.960	0	-23.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.789	0	35.789
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.789	0	35.789
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.829	-3.829	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.829	-3.829	0	0
5.07	Saldos Finais	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	284.579	264.084	211.370
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	255.619	244.220	197.578
7.01.02	Outras Receitas	28.960	19.864	13.792
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	1.398	1.292	1.178
7.01.02.02	Receita de Construções	24.304	18.155	12.407
7.01.02.03	Outras	3.258	417	207
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74.192	-74.052	-52.386
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.711	-7.482	-6.968
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.177	-48.415	-33.011
7.02.04	Outros	-24.304	-18.155	-12.407
7.02.04.01	Custos de Construções	-24.304	-18.155	-12.407
7.03	Valor Adicionado Bruto	210.387	190.032	158.984
7.04	Retenções	-52.192	-42.167	-39.023
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.192	-42.167	-39.023
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	158.195	147.865	119.961
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.291	3.687	5.532
7.06.02	Receitas Financeiras	2.291	3.687	5.532
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	160.486	151.552	125.493
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	160.486	151.552	125.493
7.08.01	Pessoal	24.706	23.787	21.396
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.112	15.447	14.278
7.08.01.02	Benefícios	4.963	4.908	3.963
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.630	1.280	1.083
7.08.01.04	Outros	2.001	2.152	2.072
7.08.01.04.01	Participações Empregados	2.001	2.152	2.072
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.788	47.437	39.367
7.08.02.01	Federais	34.440	34.425	28.991
7.08.02.02	Estaduais	493	722	437
7.08.02.03	Municipais	12.855	12.290	9.939

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.502	38.212	28.941
7.08.03.01	Juros	4.377	2.930	5.702
7.08.03.02	Aluguéis	1.348	1.311	1.291
7.08.03.03	Outras	42.777	33.971	21.948
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	42.777	33.971	21.948
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.490	42.116	35.789
7.08.04.02	Dividendos	26.289	32.535	17.504
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.201	9.581	18.285

Relatório da Administração

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2018, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A. (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT – Fundo de Investimento em Participações (FIP) passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.526.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

Relatório da Administração

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE – Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a “maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)”. Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento ao turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural.

Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de *'Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno'*, que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa *“Fauna Viva”*, cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que

Relatório da Administração

permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

Serviços	Quantidade
Bases Operacionais	4
Câmeras de monitoramento	72
Carros-resgate	3
Estação meteorológica	7
Estação pluviométrica	9
Guinchos	8
Painéis de mensagens variáveis	6
Telefones de emergência (callboxes)	100
UTI - Móvel	1
Viaturas de Inspeção	5

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

A CRT gera 913 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2018), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 22 anos de gestão, a CRT, por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

Apesar do aumento do PIB de 2018 em relação a 2017, estimado no Boletim Focus de 04/01/2019, em 1,3%, a taxa de desemprego médio de 2018 foi de 12,3%, contra

Relatório da Administração

12,7% de 2017, o que corresponde a cerca de 12,2 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias. Em função da lenta retomada do crescimento econômico e da greve dos caminhoneiros, o número de veículos equivalentes¹ pedagiados apresentou queda de 1,8% em relação a 2017.

Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos, permitindo um fluxo de caixa saudável. A seguir, os destaques de 2018:

- A Greve dos caminhoneiros, cuja paralisação durou 10 dias (de 21 a 30 de maio), bloqueando inúmeras rodovias, causou desabastecimento e prejuízo em vários setores. Como consequência, houve aumento da inflação, queda no varejo e na produção industrial e revisão para baixo na projeção do PIB. O impacto da greve no tráfego pedagiado da CRT foi bastante significativo, registrando uma queda de 51% dos veículos equivalentes pedagiados (-220 mil vep's²), onde a queda nos veículos pesados, atingiu 171 mil vep's (-68%) e 49 mil vep's (-28%) nos veículos leves.
- Em 2018 a CRT deu continuidade ao processo de otimização operacional que possibilitou uma relevante redução de custos no ano e que se estenderá até 2021.
- O juízo da ação do reequilíbrio do contato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018 e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013.
- A agência classificadora de risco, Fitch Ratings, reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia 'AAA(bra)', com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A. são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

² Veículos equivalentes pedagiados.

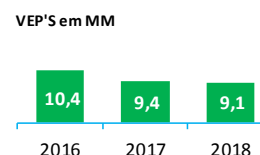
Relatório da Administração

setembro/2018, a ANTT concedeu um reajuste da tarifa básica de pedágio de 6,61%. Esse reajuste corresponde a: IPCA do período, ajuste do tráfego real, arredondamento e atraso no reajuste da tarifa em 2017. Com o reajuste concedido, a tarifa básica para veículos de passeio passou para R\$ 18,10 na praça principal e R\$ 12,60 nas praças auxiliares.

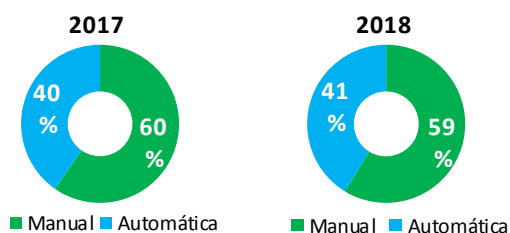
Segundo o índice ABCR³, o movimento nas estradas do país teve queda de 1,9% em relação a 2017, fortemente impactado pela greve dos caminhoneiros em maio/18. Já no Estado do Rio de Janeiro, o índice aponta recuo no tráfego de 2,7% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 2,8% e o de pesados 2,2%.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2018	2017	Δ%
Veículos Pagantes	9.087	9.379	-3,1%
Manual	5.339	5.601	-4,7%
Automática	3.749	3.778	-0,8%



A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais e Veloe - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 263 mil veículos (-4,7%), assim como o tráfego das pistas automáticas, que apresentou uma redução de 29 mil veículos (-0,8%).



4. INDICADORES OPERACIONAIS

As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

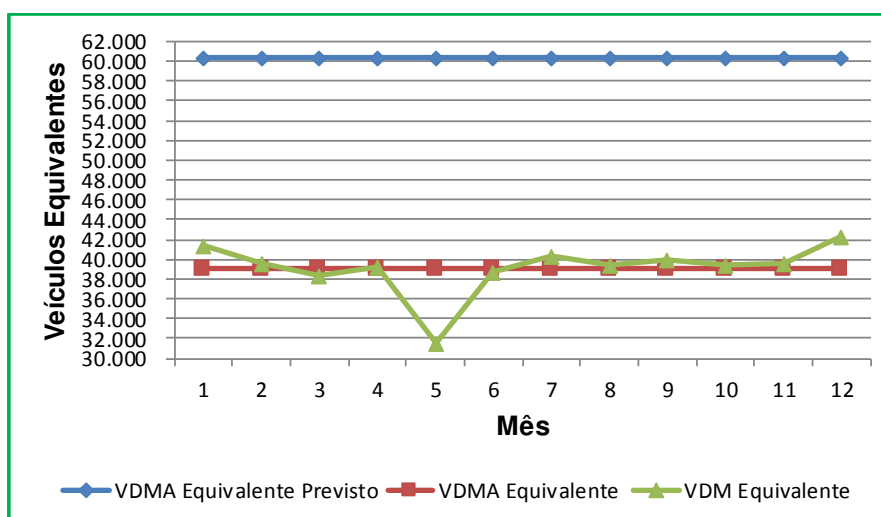
³ ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia.

Relatório da Administração

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2018



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

Tráfego Pedagiado em 2018

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS			QUANT.
	TIPO DE VEÍCULO	EIXOS	RODAGEM	
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	6.474.254
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	1.302.109
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	16.478
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	414.628
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.665
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	268.400
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	204.593
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	209.274
9	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	dupla	40.364
10	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	dupla	1.206
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	127.259
Especial	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	10 +	dupla	25.023
Total				9.087.253

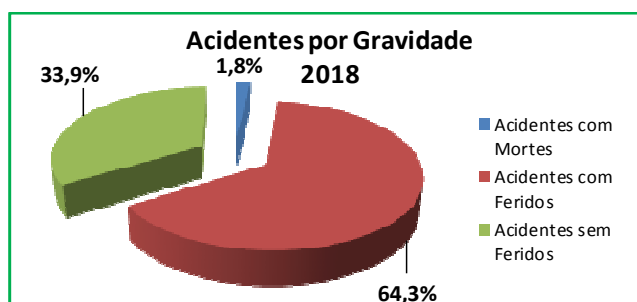
Relatório da Administração

4.2 Segurança no Trânsito

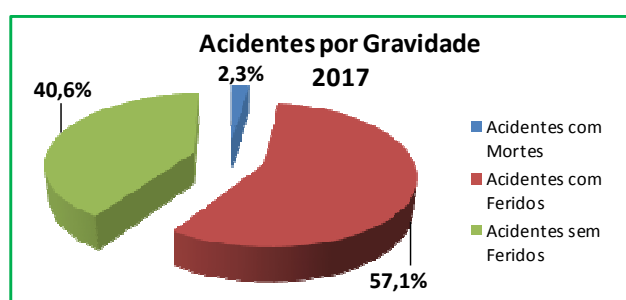
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2018 e 2017.

Percentual e acidentes por gravidade em 2018

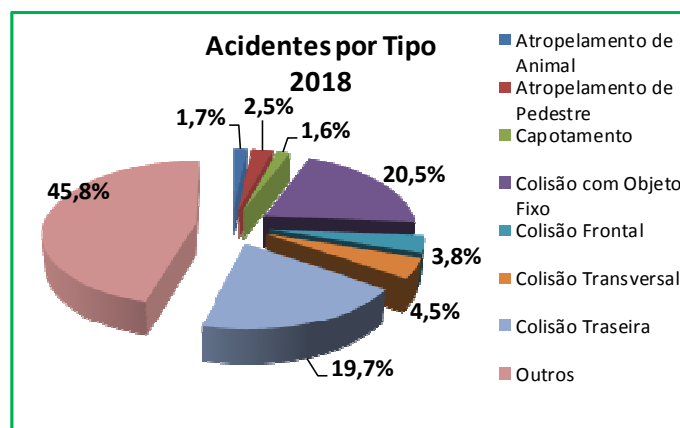


Percentual e acidentes por gravidade em 2017



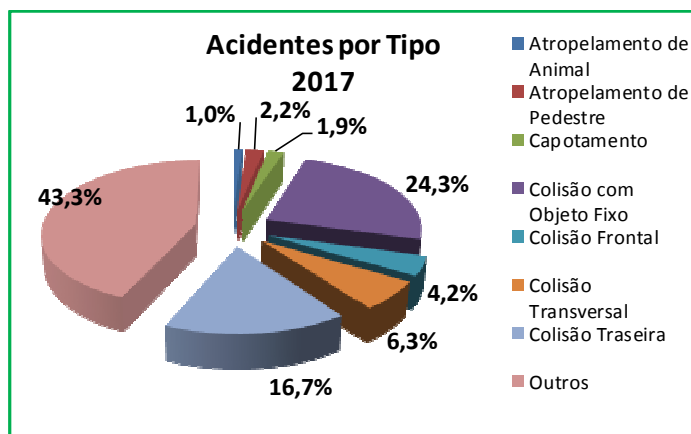
O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2018



Acidente por tipo em 2017

Relatório da Administração



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2018. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Qte/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	5	4
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	19	13
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	1	1
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	2	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	25	18
Total de Veículos	44	31

Relatório da Administração

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2018. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Insp. Tráfego	44	11,2
Assistente de Tráfego	4	1,0
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Assistente de Faixa de Domínio	1	0,3
Coordenador de Balança	1	0,3
Operadores de Balança	41	10,5
Assistente de Balança	1	0,3
Laçadores (Campeiro)	4	1,0
Guincho Leve	12	3,1
Guincho Super Pesado	12	3,1
Médico	6	1,5
Resgatista/Socorrista	32	8,2
Enfermeiro	4	1,0
Total de Pessoal Operacional	164	41,9
Coordenador Pedágio	1	0,3
Sup. Assist. Pedágio	2	0,5
Sup. Pedágio	1	0,3
Arrecadador SNR	5	1,3
Arrecadador	88	22,5
Assistente de Pedágio	3	0,8
Auxiliar de Pedágio	4	1,0
Total de Pessoal de Pedágio	104	26,6
Total	268	68,5

Relatório da Administração

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2018 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	Em 2018	Acumulada
Receita com Pedágio	259.197	3.872.512
Receita extraordinária	1.398	10.836
Total	260.595	3.883.348

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2018, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

R\$ mil	Em 2018	Acumulado
Investimentos	11.415	874.442

4.4.3 Custos Operacionais

R\$ mil	Em 2018	Acumulado
Custos Operacionais	56.974	873.220

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2018.

R\$ mil	Em 2018	Acumulado
ISS	12.851	188.688

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

Relatório da Administração

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio

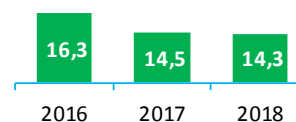
Praça de pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	19,30	38,60	28,95	57,90	38,60	77,20	96,50	115,80	9,65
PA1 (km 114,5)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75
PA2 (km 122,0)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2018	2017	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	14.288	14.547	-1,8%
Leves	6.570	6.843	-4,0%
Pesados	7.718	7.704	0,2%

VEP'S em MM



Em 2018, foram pedagiados 14,3 milhões de veículos equivalentes, queda de 1,8% em relação a 2017. O tráfego foi impactado pela lenta recuperação econômica do país e pela greve dos caminhoneiros.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 158,2M, aumento de 6,98% em relação a 2017, cujo valor adicionado foi de R\$ 147,9M. Esse crescimento deve-se principalmente ao incremento das receitas operacionais, provocado pelos reajustes da tarifa básica de pedágio em set/17 e set/18. Esse

Relatório da Administração

aumento foi parcialmente compensado pelo crescimento das despesas administrativas, dos custos operacionais e dos custos com depreciação e amortização.

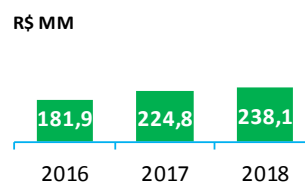
6.2 Receita Operacional

R\$ mil	2018	2017	Δ%
Receita Líquida	262.361	242.909	8,0%
Receitas de Pedágio	259.197	247.587	4,7%
Outras Receitas	5.077	1.879	170,2%
Receita de Construção (IFRS)	24.304	18.155	33,9%
Deduções da Receita	(26.217)	(24.711)	6,1%
Receita Líquida Ajustada¹	238.057	224.755	5,9%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2018 foi de R\$ 259,2M, o que representou um aumento de R\$ 11,6M em relação ao ano anterior, devido ao reajuste da tarifa básica em set/17, da ordem de 5,62% (de R\$ 17,10 para R\$ 18,10) e ao reajuste em set/18, que passou de R\$ 18,10 para R\$ 19,30 (6,62%).

- **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 5,1M em 2018, crescimento de R\$ 3,2M em relação a 2017, proveniente de indenizações da seguradora (R\$ 3,1M) e de reajustes dos contratos de exploração da faixa de domínio.



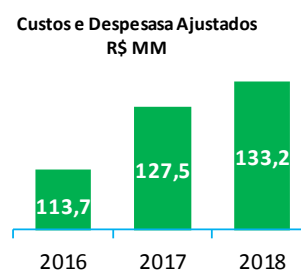
- **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 24,3M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

Relatório da Administração

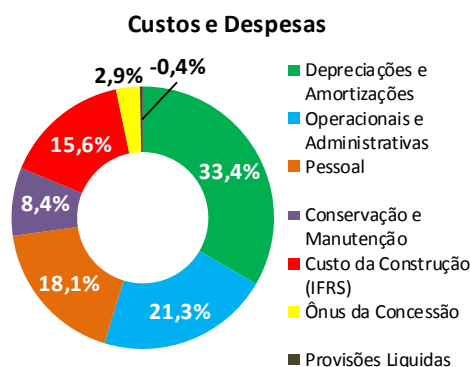
6.3 Custos e Despesas

R\$ mil	2018	2017	Δ%
Custos e Despesas	156.966	145.593	7,8%
Pessoal	28.197	27.429	2,8%
Operacionais e Administrativas	33.236	30.889	7,6%
Conservação e Manutenção	13.083	13.475	-2,9%
Ônus da Concessão	4.551	4.252	7,0%
Outros Custos/Despesas	1.952	9.260	-78,9%
Provisões Líquidas	(548)	(33)	1573,3%
Custo da Construção (IFRS)	24.304	18.155	33,9%
Depreciações e Amortizações	52.192	42.166	23,8%
Custos e Despesas Ajustados¹	133.211	127.471	4,5%

¹Exclui Custo de Construção e Provisões



Os Custos e Despesas Ajustados, expurgando as Depreciações e Amortizações, estão R\$ 4,3M (-5%) abaixo dos registrados em 2017. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 769, em decorrência do reajuste da categoria; **Operacionais e Administrativas** - aumento de R\$ 2,3M, provocado principalmente pelos reajustes contratuais; **Conservação e Manutenção** - redução de R\$ 393 mil devido à economia com serviços de monitoração e sinalização viária; **Ônus da Concessão** - aumento de R\$ 299 mil em decorrência do reajuste da taxa de fiscalização e da maior demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico); **Outros Custos/Despesas** - redução de R\$ 6,9M devido à reclassificação e baixa de sinistros realizada em 2017. **Provisões Líquidas** - Reversões de provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.



As despesas com Depreciação e Amortização de 2018 totalizaram R\$ 52,2M,

Relatório da Administração

superando o ano de 2017 em R\$ 10M (+23,8%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de várias obras ao longo de 2017 e de 2018.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado	2018	2017	Δ%
Lucro líquido no ano	39.490	42.116	-6,2%
Imposto de Renda e CSLL	20.935	21.821	-4,1%
Remuneração Debenturistas	42.777	33.971	25,9%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.192	(591)	-471,2%
Depreciação e amortização	52.192	42.166	23,8%
EBITDA	157.586	139.483	13,0%
Provisões Líquidas	(548)	(33)	1573,3%
EBITDA Ajustado	157.038	139.450	12,6%
Margem EBITDA Ajustada	66,0%	62,0%	3,9 p.p.

Ano	EBITDA Ajustado (R\$ MM)	Margem EBITDA Ajustada
2016	107,3	59,0%
2017	139,5	62,0%
2018	157,0	66,0%

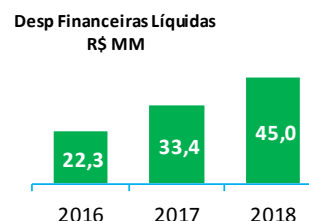
O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 157M, crescimento de R\$ 17,6 (+12,6%) em relação ao apurado em 2017. A Margem EBITDA Ajustada foi de 66,0% (+3,9 p.p.), resultante dos reajustes da tarifa básica de pedágio em 2017 e 2018, e dos esforços na redução de custos.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

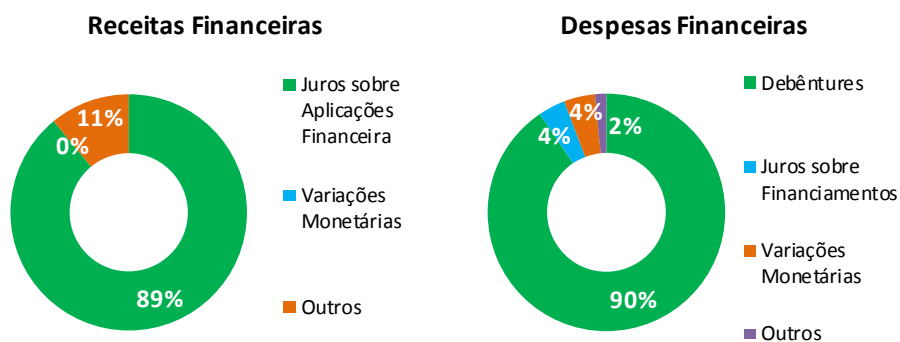
Relatório da Administração

6.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2018	2017	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	2.291	3.687	-1.396	-37,9%
Juros sobre Aplicações Financeira	2.040	3.461	-1.421	-41,0%
Variações Monetárias	0	79	-79	-100,0%
Outros	251	147	104	70,7%
Despesas Financeiras	(47.260)	(37.067)	(10.193)	27,5%
Debêntures	(42.777)	(33.971)	(8.806)	25,9%
Juros sobre Financiamentos	(1.741)	(1.007)	(734)	72,9%
Variações Monetárias	(2.012)	(1.236)	(776)	62,8%
Outros	(730)	(853)	123	-14,5%
Resultado Financeiro	(44.969)	(33.380)	(11.588)	34,7%



O resultado financeiro da Companhia em 2018 totalizou R\$ 45M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 11,6M em relação a 2017. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures (resultado de 2018 superior ao de 2017) e do aumento das despesas com juros e pela variação monetária de financiamentos.



Relatório da Administração**6.6 Resultado do Exercício**

DESCRIÇÃO	2018	2017	Δ%
Veículos equivalentes	14.288	14.547	-1,8%
Receita operacional líquida	262.361	242.910	8,0%
Receitas operacionais	259.197	247.587	4,7%
Abatimentos	(3.578)	(3.367)	6,3%
PIS, COFINS, ISS e outros	(22.639)	(21.344)	6,1%
Outras receitas	5.077	1.879	170,2%
Receita de construção	24.304	18.155	33,9%
Custos e despesas	(104.775)	(103.427)	1,3%
Custos e despesas	(76.468)	(81.053)	-5,7%
Provisões diversas	(754)	(801)	-5,9%
Reversões diversas	1.302	834	56,1%
Ônus da concessão	(4.551)	(4.252)	7,0%
Custo de construção	(24.304)	(18.155)	33,9%
EBITDA	157.586	139.483	13,0%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>60,06%</i>	<i>57,42%</i>	2,64 p.p.
Depreciações e amortizações	(52.192)	(42.166)	23,8%
Despesas financeiras líquidas ¹	(44.969)	(33.380)	34,7%
Lucro antes i. renda	60.425	63.937	-5,5%
Imposto de renda/contribuição social ²	(20.935)	(21.821)	-4,1%
Lucro líquido	39.490	42.116	-6,2%
Lucro líquido/receita líquida	15,05%	17,34%	-2,29 p.p.
Receita líquida ajustada³	238.057	224.755	5,9%
EBITDA ajustado⁴	157.038	139.450	12,6%
Margem EBITDA ajustada	66,0%	62,0%	4,0 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures

² Contém R\$ 400 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2018 e R\$ 424 em 2017

³ Exclui receita de construção e provisões

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 481,40 contra R\$ 513,41 em 2017. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 437,64 contra R\$ 466,74 em 2017. As variações são devidas ao crescimento das despesas com amortização e depreciação e a maior apropriação de remuneração das debêntures.

Relatório da Administração

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 1,1M.

Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A. A dívida foi totalmente liquidada.

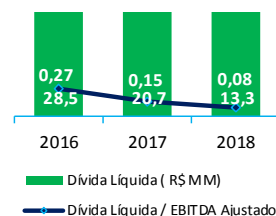
Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido a eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 6,4M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 14,8M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 12M.

Relatório da Administração

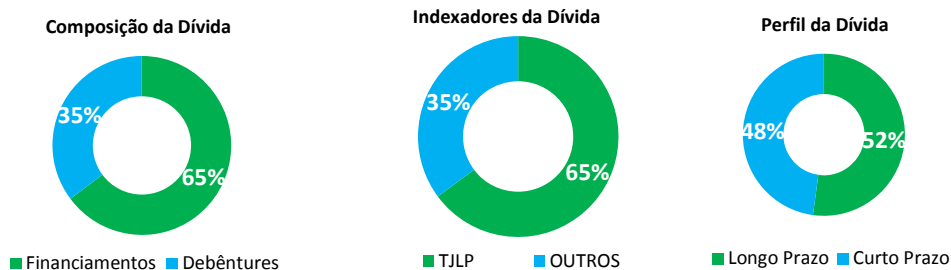
6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento R\$ mil	2018	2017	Δ%
Curto Prazo	21.200	20.164	5,1%
Empréstimos e Financiamento	13.158	14.801	-11,1%
Debêntures	8.042	5.363	50,0%
Longo Prazo	17.752	21.982	-19,2%
Empréstimos e Financiamento	6.435	12.516	-48,6%
Debêntures	11.317	9.466	19,6%
Dívida Bruta	38.952	42.146	-7,6%
Caixa e Equivalente de Caixa	25.625	21.463	19,4%
Dívida Líquida	13.327	20.683	-35,6%
EBITDA Ajustado	157.037	139.450	12,6%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,08	0,15	-42,8%



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 25,6M, superando o saldo de 2017 em R\$ 4,1M. O crescimento do saldo deve-se ao maior faturamento com a arrecadação de pedágio.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2018 é de R\$ 39M, uma redução de R\$ 3,2M em relação ao saldo de dezembro/2017 motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 48% do saldo tem vencimento no curto prazo e 52% no longo prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2018 apresentou o indicador de 0,08 contra 0,15 de 2017, variação de -42,8%.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

Relatório da Administração

6.8 Principais Investimentos

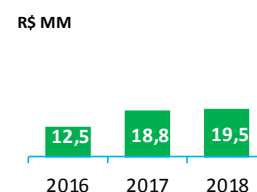
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2018, destacam-se: Construção de 5 viadutos, construção de 22 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 16,35 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 105.575 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego. Foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e o Km 94,2 da rodovia.

Durante o ano de 2018, foram investidos R\$ 19,5M, com destaque para as obras de contenção de encostas e de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

Investimentos - R\$ milhões	2018	2017	Δ%
Ampliação da Rodovia	703	7.317	-90,4%
Contenções de encostas	11.517	527	2083,5%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	7.271	10.922	-33,4%
Total	19.491	18.766	3,9%



Até o final da concessão (2019-2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 75,3M em obras e equipamentos, com destaque para a reconstrução do pavimento flexível.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégica

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

Relatório da Administração

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $(R = 4,1180175 \times D)^4$.

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2018 totalizaram R\$ 59,5M (Acionistas R\$ 35,3M e Debenturistas R\$ 24,2M), calculados na base de 100% do resultado.

A Companhia também realizou o pagamento de R\$ 45,6M referentes à parcela de lucros acumulados, sendo R\$ 27,0M de dividendos e R\$ 18,6M de remuneração das debêntures.

⁴ R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

Relatório da Administração

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2018 com o efetivo de 339 funcionários, maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2018, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral, a massoterapia e o programa de correção postural. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

7.5 Ferramentas de Gestão

- **Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas** - vem sendo desenvolvido desde 2006, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e sua associação às condições geológicas a partir da correlação entre as chuvas e o histórico de deslizamentos no trecho da Serra.

Com isso, busca-se reduzir possíveis acidentes ocasionados por fortes chuvas no local. A partir desse programa que compõe a gestão de riscos da CRT, desenvolvido por convênio de cooperação técnica entre a CRT e a ANTT com o INMET e a COPPE/UFRJ, foram desenvolvidos modelos de previsibilidade de

Relatório da Administração

temporais e acidentes geológicos, assim como foi estabelecido o alerta meteorológico para os setores de operações e de engenharia.

Baseadas em estudos prévios, foram instaladas 9 (nove) estações pluviométricas automáticas, 10 (dez) inclinômetros em encostas, 14 (quatorze) piezômetros tipo corda vibrante, 37 (trinta e sete) piezômetros tipo Casagrande e 27 (vinte e sete) medidores de nível d'água. Também foram instaladas 2 (duas) estações meteorológicas: uma no abrigo 4 do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o ponto mais alto da Serra, e outra no Km 89 da rodovia (próximo ao Alto do Soberbo).

Os dados obtidos pelas estações meteorológicas, assim como por informações dos principais centros de previsão do tempo e do sistema de comunicação com a CRT, possibilitam o envio *online* de boletins atualizados à área técnica e operacional da concessionária, com a análise instantânea sobre as condições climáticas, permitindo a adoção de medidas preventivas, minimizando os impactos na rodovia.

7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Diretor-Presidente da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da

Relatório da Administração

Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br, na seção Relação com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

A CRT, divulgou seu segundo edital para receber proposições para patrocínio de projetos de responsabilidade social em 2019.

Os projetos selecionados para receber patrocínio por meio da Lei Rouanet foram:

Teatro na Escola: "Meio ambiente, Cidadania e Consumo Inteligente" (APAExonados), promovido pela APAE Magé, que desenvolve ações com 30 (trinta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas, e cerca de 1.200 (hum mil e duzentos) espectadores, crianças e jovens da rede pública de ensino no município de Magé.

Relatório da Administração

Oficina de Marcenaria: Preparar jovens e adultos deficientes para o ofício de marcenaria, desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Magé.

Turma da Música: Oficinas de música para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (90 vagas), por meio de um programa de ensino musical em escolas/instituições na região de Magé e/ou Guapimirim.

Projeto Exposição Fotográfica “Rosário, sonhos e cores”, desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, que utiliza a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, com ações que propiciam o desenvolvimento de 50 (cinquenta) jovens entre 12 e 21 anos.

Na área ambiental, destacamos o Projeto Fauna Viva, que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, buscase informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

A seguir, demais projetos em andamento na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Ar – PARNASO;

Relatório da Administração

- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Monitoramento da Poluição Sonora – PARNASO;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;

A sustentabilidade também é uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antiofuscante na rodovia.

Relatório da Administração

7.8 Concessionária em números

Tabela - Rodovias													
Dados anuais													
Quilômetros de rodovia	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ												
Número de veículos que transitaram	EXOS	2	3	4	5	6	7	8	10+	TOTAL			
	QUANT.	7.903.622	431.106	272.065	204.593	209.274	40.364	1.206	25.023	9.087.253			
Número de praças de pedágios	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.												
Tarifa	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 19,30; Comercial por eixo - R\$19,30; Motocicletas - R\$ 9,65 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 13,50; Comercial por eixo - R\$ 13,50; Motocicletas - R\$ 6,75.												
Número de quilômetros mantidos	142,5 km												
Índice de congestionamento													
Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	
	41.324	39.559	38.372	39.300	31.581	38.760	40.267	39.425	39.921	39.398	39.557	42.342	
Trânsito Médio Anual Equivalente	39.144												
Equipes utilizadas pelo concessionário	4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estação meteorológica; 9 Estação pluviométrica; 8 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (calboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção;												
Índice de qualidade de estrada													
Receita de Pedágio	259.197												
Custos associados às receitas de pedágio	132.354												
Fator Trabalho													
Número de Trabalhadores	339												
Despesas de Pessoal	27.176												
Fator Capital													
Despesas de Depreciação/ Amortização	328.700												
Ativo Líquido	145.844												
Ativo Bruto	474.544												
Série Histórica dos Investimentos	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.905	9.891	14.247
	ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
		13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.768	31.121	35.210	13.988	20.470	11.415	
Fatores Intermediários													
Despesas em Administração	3.055												
Despesas em Manutenção	1.731												
Outras Despesas	6.295												
Seguridade													
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade	Quant.											
	Acidentes com Mortes	21											
	Acidentes com Feridos	734											
	Acidentes sem Feridos	387											
	Total	1.142											
Indicadores													
Receita por Veículo	28,52												
Custo por veículo	14,56												

Relatório da Administração

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2018	2017
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	61,25%	62,62%
Número total de acidentes de trabalho	1	12
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	34% na Concessionária 100% no PROCON 2% na Justiça	63% na Concessionária 100% no PROCON 74% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir:	160.486	151.553
Distribuição do Valor Adicionado	30% governo 16% acionistas 15% colaboradores 30% terceiros 8% retido	31% governo 21% acionistas 16% colaboradores 25% terceiros 6% retido

Relatório da Administração

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

- Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.
- Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.
- Segundo a pesquisa IBOPE/2018, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 85% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.
- O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet, e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, PricewaterhouseCoopers, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Relatório da Administração

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas emitidas pelo IASB e pelo CPC

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A adoção dessa nova norma a partir de 1º. de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.
- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros". Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a

Notas Explicativas

orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil". Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia revisou os impactos da adoção da norma, uma vez que mantém contratos de arrendamento durante o ano, em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

Identificamos R\$ 4.816 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e estima-se que cerca de 2,4% referem-se a pagamentos de arrendamento de curto prazo e baixo valor que serão reconhecidos linearmente com uma despesa no resultado do exercício. Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 4.697 em 1º de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 4.772 e ativos de impostos diferidos de R\$ R\$ 1.597.

Notas Explicativas

Espera-se que o EBITDA ajustado aumente em aproximadamente R\$ 3.360, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida. Estimamos que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 379 em 2019, como resultado da adoção das novas regras.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio

Notas Explicativas

eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

Notas Explicativas

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

Notas Explicativas

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os

Notas Explicativas

ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado ou capitalizados durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00, 4,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

Notas Explicativas

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os Impostos diferidos ativos são revisados

Notas Explicativas

trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

Notas Explicativas

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente (2017 – CPC 17 – Contratos de Construção). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Notas Explicativas

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 15 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda “possível”, os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para “provável”.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como

Notas Explicativas

consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- custo amortizado;
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por impairment, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo

Notas Explicativas

imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Notas Explicativas

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 20.950 (R\$ 17.033 em 2017), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	23.892	23.892	23.892
Taxa anual estimada do CDI	6,42%	4,82%	3,21%
Efeito anual no caixa líquido	1.534	1.152	767

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	824	830	836
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	355	357	360
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

Notas Explicativas

(c.2) BNDES Automático II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito1	TJLP + 6,00%	13.830	14.083	14.335
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	4.597	4.630	4.663
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	2.028	2.043	2.057
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2018, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2017, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, podem ser assim sumariados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Debêntures (Nota 17)	19.359	14.828
Total dos empréstimos (Nota 13)	19.593	27.317
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(25.625)</u>	<u>(21.463)</u>
Dívida líquida	13.327	20.682
Total do patrimônio líquido	<u>141.083</u>	<u>160.341</u>
Total do capital	<u>154.410</u>	<u>181.023</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,09</u>	<u>0,11</u>

Em 08/10/2018, a Companhia teve o seu rating afirmado em 'AAA(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva estável.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante

Notas Explicativas

cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 75.333, como segue (dados em milhares de reais):

	2019	2020	2021	Total
Investimentos – PER	37.769	36.363	1.201	75.333

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter

Notas Explicativas

o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Caixa e Bancos:</u>	4.675	4.430
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Santander S.A.	8.034	-
Caixa Econômica Federal	5.865	15.522
Banco ABC Brasil S.A	7.051	1.511
	<u>20.950</u>	<u>17.033</u>
Total	<u>25.625</u>	<u>21.463</u>

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras – não circulante

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações Financeiras	2.942	3.171
Total não circulante	<u>2.942</u>	<u>3.171</u>

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

Notas Explicativas

7. Créditos a receber

	2018	2017
Pedágio eletrônico	13.433	12.384
Vale Pedágio	1.095	1.038
Outros	21	15
Total	14.549	13.437

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2018, não há valores significativos em atraso.

8. Estoques

	2018	2017
Almoxarifado	908	836
Matéria-prima	104	92
Total	1.012	928

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

Notas Explicativas**9. Impostos, taxas e contribuições**a) Impostos a recuperar

	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.666	2.116
PIS e COFINS	227	343
ISS	-	7
ICMS	9	3
Circulante	<u>1.902</u>	<u>2.469</u>

b) Obrigações fiscais

	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.279	63
PIS e COFINS	979	956
ISS	1.406	1.299
ICMS	2	-
IRRF	17	18
Circulante	<u>4.683</u>	<u>2.336</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	355	127	482	511	184	695
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.207	795	3.002	2.328	838	3.166
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	359	129	488	-	-	-
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.753	631	2.384	1.290	464	1.754
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	260	-	260	260	-	260
Ativo não circulante	4.934	1.682	6.616	4.389	1.486	5.875
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	501	180	681	727	261	988
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	1.068	385	1.453	1.550	558	2.108
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	841	303	1.144	841	303	1.144
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de Sinistro	-	-	-	94	34	128
Passivo não circulante	3.405	1.226	4.631	4.207	1.514	5.721
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	1.529	456	1.985	182	(28)	154

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro antes da tributação	60.025	63.513
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(20.409)	(21.594)
Despesas não dedutíveis diversas	(2.009)	(1.729)
Exclusões permanentes diversas	711	359
Incentivos fiscais	400	650
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	676	897
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	72	(4)
Outros	24	24
IR e CS totais	(20.535)	(21.397)
Corrente	(21.601)	(22.767)
Diferido	1.066	1.370

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2017							
Saldo inicial líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069
Aquisições	69	310	19	479	950	294	2.121
Transferências	28	35	33	-	(21)	(75)	-
Baixas	(24)	-	-	(393)	-	-	(417)
Depreciação	(805)	(127)	(41)	(259)	(15)	-	(1.247)
Baixas	24	-	-	224	-	-	248
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	6.474	1.479	544	1.416	3.545	219	13.677
Depreciação acumulada	(3.686)	(1.093)	(310)	(436)	(378)	-	(5.903)
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Aquisições	175	143	33	-	5	1.215	1.571
Transferências	(3.126)	313	(66)	7	(2.957)	(1.185)	(7.014)
Baixas	(1.516)	(585)	(195)	(129)	(208)	-	(2.633)
Depreciação	(439)	(83)	(61)	(531)	(7)	-	(1.121)
Transferências	1.533	(88)	70	271	14	-	1.800
Baixas	1.323	547	150	74	181	-	2.275
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	2.007	1.350	316	1.294	385	249	5.601
Depreciação acumulada	(1.269)	(717)	(151)	(622)	(190)	-	(2.949)
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

11. Intangível

	Infraestrutura						Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)	Marcas e Patentes	Software	
Em 1º de janeiro de 2017							
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687
Amortização acumulada	(105.729)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Aquisições	-	386	45	18.155	36	150	18.772
Transferências	15.234	935	4.795	(20.971)	-	7	-
Baixas	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Amortização	(19.166)	(3.077)	(18.650)	-	(1)	(26)	(40.920)
Baixas	-	-	-	-	-	6	6
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	207.722	32.065	205.415	3.259	89	903	449.453
Amortização acumulada	(124.889)	(21.045)	(138.672)	-	(54)	(491)	(285.151)
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Aquisições	198	407	875	24.304	-	84	25.868
Transferências	(53.978)	18.585	49.159	(7.210)	-	458	7.014
Baixas	(4.694)	(6.195)	(1.960)	-	(51)	(492)	(13.392)
Amortização	(23.560)	(4.808)	(22.410)	-	(11)	(282)	(51.071)
Transferências	41.027	(9.845)	(32.925)	-	-	(57)	(1.800)
Baixas	2.814	5.965	2.949	-	51	492	12.271
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	24	615	143.192
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	149.248	44.862	253.489	20.353	38	953	468.943
Amortização acumulada	(104.608)	(29.733)	(191.058)	-	(14)	(338)	(325.751)
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	24	615	143.192

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 491, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

12. Fornecedores e outras obrigações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	2.565	2.193
	<u>2.565</u>	<u>2.193</u>
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	19	33
Verba de fiscalização ⁽³⁾	345	330
Receita Diferida ⁽⁴⁾	640	616
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	361	586
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	36	-
Energia ⁽⁷⁾	219	209
Outras	114	152
	<u>1.734</u>	<u>1.926</u>
Dividendos	6	6
Total	<u>4.305</u>	<u>4.125</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se às garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 13)

Notas Explicativas

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 25).

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Principal		Juros		Saldo final	
						Captação	Pagamento	incorridos	pagos		
				anuais (spread)	31/12/2017			Variação monetária		31/12/2018	
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	2.147	-	(1.314)	(33)	112	(117)	795
BNDES I	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	921	-	(563)	(15)	54	(56)	341
BNDES III	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	11.979	-	(7.330)	(179)	632	(660)	4.442
BNDES III	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	5.267	-	(3.220)	(80)	312	(326)	1.953
BNDES Automático II	1	fev/21	TJLP	6,00% a.a.	7.003	7.783	(2.888)	55	1.122	(1.013)	12.062
Total					27.317	7.783	(15.315)	(252)	2.232	(2.172)	19.593
Parcela do curto prazo					<u>14.801</u>						<u>13.158</u>
Parcela do longo prazo					<u>12.516</u>						<u>6.435</u>

*A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa de financiamento, por se tratar de custos com obtenção de recursos financeiros.

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado à melhoria da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminou em 15 de julho de 2017 e dos subcréditos C e D terminará em 15 de julho de 2019.

Notas Explicativas

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015 até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT's) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;

Notas Explicativas

- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; ao saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; e à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

A Companhia firmou novo contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco Santander S.A. Os recursos foram destinados às obras de contenção, fresagem, microrevestimento, passarelas, dreno horizontal e recuperação do pavimento rígido.

A totalidade do crédito compreende R\$ 20.000, dos quais R\$ 14.783 foram levantados até a presente data. O crédito remanescente será liberado conforme as necessidades do projeto, respeitadas as programações financeiras do BNDES.

Sobre o valor financiado incidirão juros de 6% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O crédito inicial foi utilizado até outubro de 2017, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de reembolso. A amortização teve início em 15 de março de 2018.

O presente contrato não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 31 de dezembro de 2018, todos os “covenants” foram atendidos.

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>2018</u>
2020	5.516
2021	<u>919</u>
Total Longo Prazo	<u>6.435</u>

14. Salários, provisões e contribuições

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações Trabalhistas	1.555	1.929
Participação no Resultado	1.615	1.729
Encargos Trabalhistas	751	845
Imposto de Renda Retido na Fonte	84	98
Benefícios	10	11
Outros	<u>170</u>	<u>208</u>
Total Circulante	<u>4.185</u>	<u>4.820</u>

15. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 665 em dezembro de 2018 (em 2017 – R\$ 920), depositados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 637 (2017 - R\$ 877) e R\$ 28 (2017 – R\$ 43), respectivamente.

Notas ExplicativasComposição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 2017	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 2018
Trabalhistas	1.725	283	(89)	(618)	1.301
Cíveis	7.586	470	(142)	(388)	7.526
Valor Provisionado	<u>9.311</u>	<u>753</u>	<u>(231)</u>	<u>(1.006)</u>	<u>8.827</u>

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 7.526, dos quais, R\$ 6.371 refere-se à ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira contra a CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981 (2017 - R\$ 3.981), registrado no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, possível e remota envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Notas Explicativas

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de mais de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 821. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05/05/2017 nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km

Notas Explicativas

71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões contratuais em vigor.

Em 08/10/2018 foi publicada a decisão do juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) que julgou procedente em 22/09/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 12.595 em dezembro de 2018 (R\$ 11.830 em 2017), referente a processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2018	2017
Trabalhistas	3.553	2.604
Cíveis	8.707	9.226
Fiscais	335	-
	12.595	11.830

16. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para recapeamento da rodovia, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar

Notas Explicativas

adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são:

	Saldo Inicial 2017	Provisão	Realização	Saldo Final 2018
Provisão para manutenção	1.392	42	(476)	958
Provisão de Curto Prazo	408			383
Provisão de Longo Prazo	984			575

17. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.

Notas Explicativas

- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: Cláusulas 2.19 & 2.20):
- 2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.
- 2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao

Notas Explicativas

IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 21 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação este

Notas Explicativas

não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

- 10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva

Notas Explicativas

de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de

Notas Explicativas

acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os

Notas Explicativas

debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão, que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data

Notas Explicativas

de emissão corresponde ao prêmio das opções, constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 11.317 ajustados a valor presente em 2018 e R\$ 9.466 em 2017), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou o valor de R\$ 42.777 (2017: R\$ 33.971) correspondente à remuneração dos debenturistas.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 2017	Adições	Baixas	Saldo Final 2018
Debêntures	5.362	42.777	(40.097)	8.042
Valor Provisionado	5.362	42.777	(40.097)	8.042

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 93.000 (2017 – R\$ 89.000), dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 27 de abril de 2018, foi deliberado o aumento de R\$ 4.000 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reservas de Lucros, passando a ser R\$ 93.000.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2018						2017	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

Notas Explicativas

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do período	39.490	42.116
Reserva legal	(1.974)	(2.106)
Base de cálculo	37.516	40.010
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	9.379	10.003
Dividendo adicional pago	16.910	22.532
Dividendo adicional proposto	8.976	5.075
Total de dividendos	35.265	37.610

Para o exercício de 2018, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 2017	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2018
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	34.063	(34.063)	-
Dividendo proposto	-	26.289	(26.289)	-
Total de dividendos	6	60.352	(60.352)	6

Notas Explicativas

Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

Notas Explicativas

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2018	2017
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	1.974	2.106
Reserva de restituição de capital	4.935	4.560
Reserva para investimentos	2.768	2.786
Reserva de retenção de lucros	34.810	58.293
Total das reservas	<u>48.083</u>	<u>71.341</u>

19. Receitas

	2018	2017
Receita de pedágio	259.197	247.587
Receita extraordinária	1.398	1.292
Receita de construção *	24.304	18.155
Tributos incidentes sobre as receitas	(22.639)	(21.344)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(3.578)	(3.367)
Receita líquida	<u>258.682</u>	<u>242.323</u>

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Notas Explicativas**20. Custos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	3.293	3.241
Prestadores de serviço	10.368	10.373
Material, equipamento e veículos	2.139	2.134
Gastos gerais	2.350	10.163 *
Gastos com aluguéis	183	160
Depreciação e amortização	51.076	40.892
	<u>69.409</u>	<u>66.963</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	12.490	11.737
Prestadores de serviço	11.719	10.681
Material, equipamento e veículos	2.897	2.716
Gastos gerais	1.070	943
Custos contratuais de concessão	7.711	7.482
	<u>35.887</u>	<u>33.559</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	1.308	1.325
Material, equipamento e veículos	13	11
	<u>1.321</u>	<u>1.336</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	221	192
Custo apropriação	1.212	984
	<u>1.433</u>	<u>1.176</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>108.050</u>	<u>103.034</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	24.304	18.155
Total	<u>132.354</u>	<u>121.189</u>

* O aumento nos Gastos gerais, em 2017, refere-se às reclassificações dos gastos com sinistros no valor de 8.722, em atendimento ao CPC 25.

Notas Explicativas**21. Despesas gerais e administrativas**

	2018	2017
Salários, encargos e benefícios	8.951	8.856
Serviços de terceiros	3.055	3.140
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.731	1.483
Despesas gerais	6.330	6.333
Despesas de remuneração de dirigentes	1.463	1.443
Total	<u>21.530</u>	<u>21.255</u>

22. Receitas e despesas, financeiras

	2018	2017
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(1.741)	(1.007)
Despesas bancárias	(730)	(808)
Variação monetária passiva	(161)	(313)
Variação cambial passiva	-	(45)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.851)	(923)
	<u>(4.483)</u>	<u>(3.096)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	2.040	3.461
Variação monetária ativa	245	91
Variação cambial ativa	-	79
Juros ativos	-	29
Descontos obtidos	5	9
Outros	1	18
	<u>2.291</u>	<u>3.687</u>
Remuneração de Debenturistas	(42.777)	(33.971)
Total	<u>(44.969)</u>	<u>(33.380)</u>

23. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2018, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 2.001 (R\$ 2.152 em 2017).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.300.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2018			2017		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.369	93	1.462	1.349	94	1.443
Bônus variáveis (i)	692	-	692	737	-	737
Outros	62	-	62	59	-	59
Total	2.123	93	2.216	2.145	94	2.239

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil, seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	21.351	18.139	39.490	22.770	19.345	42.116
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	437,64	481,40	456,71	466,74	513,41	487,08

(*) Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2018 e 2017, vide quadro abaixo:

	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	12.652	26.838	39.490	13.494	28.622	42.116
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	5.121	10.863	15.984	7.183	15.237	22.420
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	17.773	37.701	55.474	20.677	43.859	64.536
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	364,31	400,74	388,30	423,83	466,21	451,74

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2018 e 2017. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Notas Explicativas

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

25. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.09.18 a 12.09.19	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Responsabilidade Civil	2.000	16.01.18 a 23.01.19	Berkley International do Brasil Seguros
Risco de Engenharia	31.624	16.01.18 a 23.07.19	Berkley International do Brasil Seguros
Riscos Operacionais	65.000	11.07.18 a 11.07.19	AIG Seguros Brasil
Garantia	29.550	22.11.18 a 22.11.19	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.18 a 15.02.19	Travelers Seguros Brasil
Automóveis	4.814	30.01.19 a 30.01.20	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta e a avaliação da sua deficiência não faz parte do escopo de Exame das Demonstrações Financeiras pelos auditores independentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis vem recebendo a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro de 2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra. Essa nova configuração permitiu que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam é significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que previu as intervenções em etapas, dividindo o trecho em segmentos.

Este planejamento aumentou o prazo de conclusão da obra, mas atenuou o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a maioria dos motoristas (90%) foi favorável e desejavam a realização da obra, mesmo informados dos eventuais transtornos que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não foi alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções ocorreu em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente na execução da obra

- Não houve canteiro de obras na Serra. Foi utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra foram segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Foi contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizou, entre outros, um técnico ambiental de campo que atuou de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que foram implementadas. Essa equipe assegurou a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Foram implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que pudessem ser liberados durante a obra.
- Os equipamentos foram dotados de caixas de contenção para evitar derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios foram devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material fosse carregado para dentro dos mesmos, tendo sido realizado o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, tiveram lonas de cobertura, evitando emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

b) Demais projetos

Dentre as obras e serviços concluídos e em andamento no ano, destacamos:

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO DE CONSERVA E MANUTENÇÃO

- Serviços de roçada, capina e poda / Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Implantação e manutenção
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central
- Manutenção encosta Km 22,7 P1 (100%) / Manutenção encosta Km 61,30 P1 (TRO) (95%) / Construção de abrigo para resgate e guincho Km 104 (92%) / Implantação de DHPs no Km 101 (80%) / Reforma do BCN Km 41 (20%) / Pintura externa Posto Fiscalização ANTT - (100%)
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 3.314 metros
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 6303,41 m2 de pintura e 3.874 tachas
- Manutenção da Sinalização Vertical: 158 placas, 252 delineadores e 0 Sirex
- Barreira de Proteção: 83 defensas metálicas
- Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Passarela Km 113,8

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAÇÃO

- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

OUTROS

- Contenções de Encostas - Km 29 (80%)
- Implantação do Sistema de Pesagem (80%)
- Passarela Km 125,7 (80%)

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Companhia protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

A ANTT, através da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.

O juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 22 anos.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A (“Concessionária”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ricardo Fraiha Bustani

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ricardo Fraiha Bustani

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores